

## EFEITOS MACRO-ECONÓMICOS DA AJUDA: OS CASOS DE CABO VERDE E MOÇAMBIQUE

Maria Manuela Afonso<sup>1</sup>  
Mário Ribeiro<sup>2</sup>

Resumo: Nos últimos anos têm-se intensificado os estudos sobre a eficácia da ajuda, tentando identificar os seus efeitos e os impactos no processo de desenvolvimento dos PVD. Os estudos mais recentes sobre esta matéria, nomeadamente do Banco Mundial, mostram que o sucesso da ajuda resulta do seu efeito conjugado com a adopção de "boas políticas" por parte dos países receptores. Ao nível empírico, os estudos tendem ainda a concluir que a APD tem um efeito positivo no crescimento, ainda que esse efeito seja mínimo em certos casos. Os resultados indiciam, também, a importância dos contextos sócio-culturais específicos de cada país, remetendo, assim, para a necessidade de estudos de caso mais aprofundados, que entrem em consideração com estes vectores, para uma mais completa compreensão dos efeitos e impactos da ajuda.

A presente comunicação é constituída por duas partes. Na primeira é feito o ponto da situação quanto às contribuições teóricas mais recentes sobre a eficácia da ajuda e na segunda faz-se uma análise *cross-section* para os casos de Cabo Verde e Moçambique, correlacionando a ajuda com alguns indicadores macro-económicos, tentando encontrar relações significativas entre os fluxos de ajuda e o crescimento daqueles países, extraindo daí conclusões quanto à validade e limitações deste tipo de estudos.

Palavras-chave: Ajuda, Crescimento, Cabo Verde, Efeitos macro-económicos, Moçambique.

### 1. INTRODUÇÃO

A eficácia da ajuda internacional tem sido objecto de muitos estudos nos últimos 30 anos. Este tema, que permanece no centro das investigações de muitos autores e instituições internacionais, tem sido abordado a partir de diferentes perspectivas e posicionamentos políticos e ideológicos que podem ser agrupados, basicamente, em três eixos: (i) a análise e a avaliação do impacto da ajuda aos níveis micro e macro; (ii) o *continuum* da validação das análises de regressão que suportam os estudos de diferentes países (*cross-country*) ou em estudos de caso de um único país (*cross-section*); (iii) a coexistência dos exames de natureza qualitativa e interdisciplinar sobre a eficácia da ajuda e dos estudos quantitativos.

Esta comunicação centra-se na eficácia da ajuda, em particular, na análise dos seus efeitos macro-económicos em Cabo Verde e Moçambique. Na primeira parte é feito o ponto da situação das diversas contribuições teóricas sobre a eficácia da ajuda; na segunda faz-se uma análise *cross-section* para Cabo Verde e Moçambique, correlacionando a ajuda com alguns indicadores macro-económicos, tentando encontrar relações significativas entre os fluxos de ajuda e o crescimento daqueles países. Por fim, apresentam-se as conclusões e é feita uma discussão quanto às possibilidades e limitações dos estudos quantitativos sobre a ligação ajuda-crescimento.

### 2. O IMPACTE MACRO-ECONÓMICO DA AJUDA

Na apresentação do "estado da arte" sobre o impacto macro-económico da ajuda seguimos de perto os contributos dos autores HENRIK HANSEN e FINN TARP (1999) e TSIDI TSIKATA (1998) que fazem uma análise da literatura empírica dos últimos 10 anos, nomeadamente, das relações ajuda-poupança, ajuda-investimento e ajuda-crescimento, centrando-se fundamentalmente no impacto da ajuda ao nível do crescimento económico e do alívio da pobreza. Esta análise é, também, sintetizada pela OECD (2000) no seu mais recente Relatório anual sobre a cooperação, onde apresenta os principais estudos econométricos e as conclusões mais relevantes, realizadas nos anos 90, no sentido de uma melhor compreensão do impacto da ajuda sobre os grandes agregados macro-económicos, em particular o crescimento económico. As obras de R. CASSEN (1994) e de R. RIDDELL (1987) foram também relevantes para a construção desta síntese teórica.

---

<sup>1</sup> Geógrafa, doutoranda em Estudos Africanos, no CEA/ISCTE.

<sup>2</sup> Economista, doutorando em Estudos Africanos, no CEA/ISCTE.

A maior parte dos estudos empíricos sobre os efeitos macro-económicos da ajuda têm assentado em metodologias econométricas com dados *cross-country* e as conclusões têm sido, no mínimo, pouco coincidentes. HANSEN e TARP (1999) consideraram três gerações de trabalhos sobre a eficácia da ajuda: a primeira, situa-se na relação ajuda-poupança-crescimento; a segunda, na ligação ajuda-investimento-crescimento e a terceira na ligação ajuda-política-crescimento. Da análise da literatura existente os autores concluem que a hipótese de a ajuda melhorar a performance económica é sustentável e, ao contrário do que MOSLEY (1987) defendeu, não há paradoxo micro-macro para resolver<sup>3</sup>, mesmo em contextos políticos desfavoráveis.

O quadro de análise remete para questões teóricas sobre os modelos de crescimento económico, os quais têm sido determinantes no influenciar da especificidade das relações empíricas calculadas e na percepção da forma como a ajuda interfere no crescimento. Mas, tal como alguns autores têm salientado, nomeadamente BARRO e SALA-I-MARTIN (1995) e AGHION e HOWITT (1998), citados em HANSEN e TARP (1999), o processo de crescimento depende de um conjunto complexo de factores interdependentes o que lhe introduz um carácter multifacetado, sendo o mesmo válido para o impacto macro-económico da ajuda.

#### *1ª geração: ajuda, poupança e crescimento*

Desde finais dos anos 50 até meados dos anos 80<sup>4</sup>, a literatura regista mais de 20 exercícios estatísticos que tentam resolver a questão do contributo da ajuda para o aumento da taxa de crescimento, estando os resultados obtidos longe de fornecer um quadro tranquilizador.

A base teórica desta abordagem assenta no modelo de HARROD-DOMAR que corporiza uma relação causa-efeito nos processos de crescimento: se a falta de capital é o único constrangimento ao crescimento, então este processo faz-se através do acréscimo das taxas de poupança interna e de investimento. Este modelo foi alargado por CHENERY e STROUT, em 1966, assente na ideia de que o crescimento exige uma expansão do investimento que não pode ser financiada por uma expansão equivalente da poupança interna. Deste modo, o crescimento implica um desequilíbrio entre poupança e investimento que só pode ser financiado por fluxos externos, quer sejam empréstimos ou ajuda internacional. Os estudos que se apoiavam nestes princípios teóricos (modelo “*two gap*”) apontavam para uma relação negativa entre ajuda e poupança interna, o que significava que a um aumento da ajuda não corresponderia um aumento proporcional no investimento.

Esta primeira geração de estudos centra-se na forma como a ajuda afecta a poupança. As três variáveis dependentes incluem a poupança, o investimento e o crescimento e a variável explicativa central é a ajuda. Contudo, em muitos dos estudos iniciais os dados da ajuda não eram identificados separadamente dos fluxos externos globais. Em 1971, ROBINSON fez um estudo *cross-country* e introduziu a balança comercial na análise de regressão, verificando que esta era uma variável muito significativa e que o comércio externo podia funcionar com factor limitativo do crescimento, apoiando assim o modelo “*two gap*”. PAPANEK (1973), com uma argumentação semelhante, tomou idêntica posição.

Muitos dos estudos desta 1ª geração registaram uma relação negativa entre ajuda e poupança interna, alguns revelaram uma relação inversa entre fluxos de ajuda e défice da balança de pagamentos enquanto outros não conseguiram encontrar uma relação estatisticamente significativa entre os fluxos de ajuda e o crescimento, pelo que, com base nestes estudos, nenhum dos pontos de vista *extremos* da relação ajuda-poupança é válido. Não há provas para um impacto positivo e apenas num estudo a ajuda conduziu à diminuição da poupança total. A prova mais evidente destes estudos é que a ajuda conduz a um aumento das poupanças totais, ainda que não de uma forma proporcional aos fluxos de ajuda. Como conclusão e dado que toda a base teórica assenta no modelo de HARROD-DOMAR, os resultados atribuem à ajuda uma função de *reagente* estimulando o crescimento.

---

<sup>3</sup> MOSLEY (1987) designou de paradoxo micro-macro o resultado da avaliação do impacto da ajuda: enquanto ao nível micro as avaliações têm sido em grande parte positivas, a evidência macro é, no mínimo, ambígua.

<sup>4</sup> Nos anos 60 e inícios dos anos 70, a ajuda internacional foi um aspecto central no debate sobre as teorias do desenvolvimento, circunscrevendo-se, nos anos 70, a uma discussão mais direccionada para o nível micro. O rápido crescimento da ajuda, na segunda metade dos anos 70, foi acompanhada pela deterioração das performances económicas. Nos anos 80, apesar dos elevados e crescentes fluxos de ajuda, os vários choques externos forçaram o recenrar das análises nos aspectos macro-económicos, prolongando-se este tipo de estudos até aos nossos dias.

*2ª geração: ajuda, investimento e crescimento*

A segunda geração de estudos desloca o eixo da relação ajuda-poupança para a relação ajuda-crescimento apoiando-se no princípio do investimento ser a principal determinante do processo de crescimento de um país. O cerne da questão continua a ser a acumulação de capital, consistente com o modelo de HARROD-DOMAR ou com o modelo de crescimento de Solow.

A partir de estudos *cross-country* realizados, onde foi encontrada uma relação positiva entre ajuda e investimento, concluiu-se que a ajuda é um importante contributo para o crescimento económico. É o caso de LEVY (1988) que relata um coeficiente estatístico positivo sobre a ajuda numa equação baseada num estudo *cross-section* em 22 países da África Subsaariana (ASS). Os resultados indicam que nos países em que se registou um aumento de fluxos de ajuda houve um aumento do investimento, em média, igual àquele montante. Não foi possível detectar se a ajuda contribuiu para um aumento do consumo. Nos anos 90, alguns estudos realizados integraram nos seus trabalhos o impacto da ajuda no investimento, com resultados não homogéneos: foram o caso de McGillivray e AHMED (1994), BOONE (1994) e HADJIMICHAEL et al. (1995) (referidos em OCDE, 2000).

Esta segunda geração de estudos permite delinear algumas conclusões. A relação ajuda-investimento é positiva, consistente com os resultados típicos da 1ª geração de estudos da relação ajuda-poupança. Além disso, os resultados das análises de regressão múltipla entre ajuda e crescimento sugerem que há uma relação positiva entre ajuda e crescimento sempre que há uma relação positiva entre poupança e crescimento. Este modelo de regressão múltipla é consistente com a cadeia causal ajuda-poupança-investimento-crescimento nos modelos *standard* de crescimento.

Em síntese, apesar de estarmos perante uma matéria onde não existe consenso, pode-se concluir que a relação ajuda-investimento é positiva e consistente com os resultados típicos da 1ª geração de estudos sobre a eficácia da ajuda.

*3ª Geração: ajuda, política e crescimento*

Na segunda metade da década de 90, emergiu uma nova geração de estudos que comparada com os trabalhos das gerações anteriores abriu novas pistas, nomeadamente: (i) um painel de dados mais abrangente quer para um maior número de anos quer de países, quer, ainda, com dados do comércio e de outras actividades económicas; (ii) uma nova perspectiva sobre o crescimento que do ponto de vista teórico fornece uma base analítica diferente dos estudos anteriores<sup>5</sup>; (iii) a endogeneidade da ajuda e de outras variáveis são consideradas em alguns estudos e, (iv) a relação ajuda-crescimento é vista explicitamente como uma relação não-linear. Assim, na perspectiva de HANSEN e TARP, os estudos de 3ª geração representam um avanço claro no trabalho empírico *cross-country* sobre a eficácia da ajuda e, apesar da existência de formulações específicas das relações de crescimento e de escolha de técnicas econométricas, eles mantêm uma perspectiva de análise comum.

Nos últimos anos, destacam-se 4 estudos que representam o cerne das questões empíricas da 3ª geração: HADJIMICHAEL et al. (1995), BURNSIDE e DOLLAR (1997), DURBARRY et al. (1998) e HANSEN e TRAP (1999). O trabalho de BOONE (1996) tem sido considerado como exterior à literatura por concluir que a ajuda não tem efeitos nem no investimento nem no crescimento.

Começando por HADJIMICHAEL et al., o estudo está centrado em 4 áreas principais: o impacto das políticas macro-económicas, os factores exógenos e as reformas estruturais no crescimento, poupança e investimento na ASS. Esta análise conduziu a que os autores tivessem incluído variáveis específicas nas regressões tais como o investimento, o défice público orçamental e a inflação. O estudo que se reporta a 31 países da ASS no período 1987-92, introduz novidades relativamente aos estudos de 1ª geração no que se refere a parâmetros e pormenores de cálculo das regressões realizadas, tendo como principal conclusão que a questão da fraca *performance* económica da ASS tem origem nas diferenças das políticas económicas adoptadas nos diferentes países, reconhecendo-se, no entanto, o impacto positivo da ajuda no crescimento.

<sup>5</sup> De acordo com RUTTAN (1998) a nova teoria do crescimento económico melhorou a compreensão do processo de crescimento. A fonte real do crescimento que resulta em ganhos de eficiência, mudança técnica, reforma institucional, apenas pode ser observada e compreendida por investigações conduzidas ao nível do sector, das empresas e dos agregados familiares. Os efeitos dessas mudanças técnicas e institucionais provocam efeitos de desequilíbrio que são captados ao nível agregado em medidas de economias de escala e crescimento do factor de produtividade total.

No estudo de DURBARRY é usada a decomposição do investimento, com base em PAPANÉK, o que permite efeitos não lineares da ajuda; o autor defende desde o início que deve ser reconhecida a possibilidade de uma relação não-linear na relação ajuda-crescimento. DURBARRY analisou 58 PVD, no período entre 1970 e 1993, e os resultados permitiram-lhe concluir da existência de uma prova clara de que um maior volume de ajuda tem um impacto positivo no crescimento.

BURNSIDE e DOLLAR, para além das variáveis de política económica, incluíram também variáveis políticas e institucionais, já introduzidas em trabalhos realizados em meados dos anos 90 (p. ex. homicídios, clivagens étnicas, qualidade institucional, etc.). A principal novidade deste trabalho é a inclusão de um termo de interacção entre ajuda externa e políticas económicas. Estas são agrupadas num *index* único consistindo numa medida composta pela inflação, abertura do mercado e défice orçamental. A interacção ajuda-política é explicada pela dependência da eficácia da ajuda no processo de crescimento relativamente à qualidade das políticas económicas. O estudo baseia-se em dados de 56 países, no período 1970-93, e a principal conclusão que se pode extrair é o significado estatístico da interacção entre ajuda e política, a qual é usada para defender que a ajuda tem um impacto positivo no crescimento, num ambiente político estável<sup>6</sup>.

No estudo de HANSEN e TARP é feita a análise dos mesmos países que serviram de universo a BURNSIDE e DOLLAR, tendo sido usado a mesma formulação teórica. Os autores tomaram em consideração os efeitos específicos, não observados, dos países e de endogeneidade da ajuda e das políticas, tendo usado uma técnica de cálculo assente num painel dinâmico com efeitos específicos por país. A conclusão retirada foi que a ajuda tem um impacto positivo no crescimento mesmo em países com um "mau" ambiente político.

Em termos comparativos, os estudos de HADJIMICHAEL, DURBARRY e HANSEN e TARP encontraram um impacto significativo da ajuda no crescimento, sendo no entanto pouco elevado o peso da ajuda no PNB. Em contrapartida, BURNSIDE e DOLLAR revelaram que a eficácia da ajuda depende da política económica, tendo a ajuda um impacto positivo no crescimento, mas apenas em países com um "bom" ambiente político. Dadas as diferenças nas amostras e na forma de cálculo, os resultados dos estudos de HADJIMICHAEL, DURBARRY e HANSEN e TARP são muito semelhantes em termos de conclusão sobre a eficácia da ajuda, sendo correcto separá-los do estudo de BURNSIDE e DOLLAR no que se refere à questão política, ou seja, pelo tratamento das relações não lineares entre ajuda e crescimento.

HANSEN e TARP, após a análise destas três gerações de estudos *cross-country* concluem que é possível enumerar as seguintes conclusões:

- (i) a ajuda contribui para o aumento da poupança;
- (ii) a ajuda faz aumentar o investimento;
- (iii) utilizando o modelo de regressão múltipla, existe uma relação positiva entre ajuda e crescimento;
- (iv) o impacto da ajuda no crescimento é positivo nas três gerações de estudos o que afasta o corolário da ineficácia da ajuda usado como argumento contra os estudos de regressão *cross-country*.

Em conclusão, tem havido uma tendência para dar relevo aos estudos partidários da ineficácia da ajuda dominarem o debate. Porém, com base em estudos que cobriram 131 análises de regressão de 1ª e 2ª geração e comparando-os com os estudos realizados na 3ª geração, as conclusões retiradas revelam que os que preconizam uma relação negativa entre ajuda e crescimento são minoritários, não existindo o paradoxo micro-macro. A 3ª geração ao ir mais além que os estudos precedentes defende que a ajuda só é eficaz num ambiente político estável, reconhecendo que o desenvolvimento é um processo complexo onde interagem variáveis económicas e não económicas.

---

<sup>6</sup> Estes autores concluem que a ajuda tem sido eficaz quando o ambiente político tem sido bom mas que a ajuda não tem estimulado a adopção de boas políticas. Por isso, sugerem que deve haver maior selectividade na distribuição da ajuda (no apoio a políticas fortes) para que os resultados no crescimento e na redução da pobreza nos países receptores melhorem.

### 3- OS CASOS DE ESTUDO : CABO VERDE E MOÇAMBIQUE

Apesar dos resultados das investigações mais recentes, quanto ao impacte da ajuda, existem limitações inerentes a estes estudos econométricos, nomeadamente o ignorarem as especificidades de cada país e a existência de factores que influenciam os parâmetros dos modelos macro e que variam entre países e dentro de um mesmo país em momentos diferentes. Nesta linha, a utilidade dos resultados *cross-country* é limitada devendo ser complementada com análises por país.

De facto, desde os estudos de PAPANЕК que se recomendam estudos por país, que tenham em conta essas especificidades. Contudo, salvo raras excepções, esta recomendação tem sido ignorada. Um dos trabalhos mais recentes é o de MБAKU (1993) sobre o impacte da ajuda nos Camarões, o qual serviu de referência ao presente estudo. Atendendo a que estamos também em presença de países com dimensões diferentes, considerámos útil o trabalho de SNYDER (1993) que entra em consideração com a dimensão dos países na análise de regressão sobre o impacte da ajuda no crescimento económico.

Cabo Verde e Moçambique são dois países que raramente são incluídos nas análises de regressão *cross-country* mas que têm recebido elevados montantes de ajuda, atingindo, entre 1975 e 1998, respectivamente os 1 827,7 milhões de dólares e os 14 406, 2 milhões de dólares. Em termos de APD per capita isto significa uma média anual de 234,9 dólares em Cabo Verde e 41,3 dólares em Moçambique.

#### A metodologia, os dados, os cálculos e os resultados

Este é um primeiro exercício sobre os efeitos macro-económicos da ajuda nestes dois países e deve, por isso, ser entendido como tal. Os resultados, como se verá, fornecem mais dúvidas que certezas e apelam para a realização de estudos mais aprofundados.

O modelo que utilizámos baseia-se no modelo econométrico desenvolvido por Papanek e posteriormente aperfeiçoado por MOSLEY (PAPANЕК, 1973; SNYDER, 1993):

$$Y = a + b_1 X_1 + b_2 X_2 + b_3 X_3 + b_4 X_4$$

em que  $Y$  é a taxa de crescimento do PIB,  $X_1$  é a poupança interna em percentagem do PIB,  $X_2$  é a APD líquida em percentagem do PIB,  $X_3$  é outros fluxos externos em percentagem do PIB,  $X_4$  é taxa de crescimento das exportações.

Tendo por base este modelo de Papanek incluímos duas outras variáveis independentes: o investimento interno bruto em percentagem do PIB e uma variável que traduzisse a dimensão do país, o PIB em valor absoluto. Neste último caso, e segundo SNYDER (1993), a inclusão desta variável justifica-se porque as análises anteriores subestimam o coeficiente  $b_2$  quando não se considera a dimensão do país.

Assim, o modelo de Papanek corrigido assume a seguinte forma:

$$Y = a + b_1 X_1 + b_2 X_2 + b_3 X_3 + b_4 X_4 + b_5 X_5 + b_6 X_6$$

em que  $Y$  é a taxa de crescimento do PIB,  $X_1$  é a poupança interna em percentagem do PIB,  $X_2$  é a APD líquida em percentagem do PIB,  $X_3$  é outros fluxos externos em percentagem do PIB,  $X_4$  é taxa de crescimento das exportações,  $X_5$  é o investimento em percentagem do PIB e  $X_6$  é o PIB em valor absoluto.

Os dados utilizados na análise de regressão cobrem um período de 24 anos em Cabo Verde (1975-1998) e de 19 anos em Moçambique (1980-1998) e foram retirados das estatísticas da OCDE (ajuda), UNCTAD (exportações) e Banco Mundial (PIB, poupança e investimento). Embora sejam, em princípio fontes dignas de credibilidade, a fiabilidade dos dados pode ser questionada. Desde logo porque dentro do mesmo organismo os dados para um mesmo indicador assumem valores bastante diferentes consoante a publicação.

Os quadros 1 e 2 apresentam os valores estimados para as 4 equações que utilizámos: (i) a primeira equação utiliza todas as variáveis independentes acima referidas, (ii) a segunda não utiliza a variável 'PIB em valor absoluto' ( $X_6$ ), (iii) a terceira não utiliza a variável 'investimento em percentagem do PIB' ( $X_5$ ), (iv) a quarta não utiliza estas duas últimas variáveis ( $X_5$  e  $X_6$ ).

QUADRO 1 – EQUAÇÕES DE REGRESSÃO (CABO VERDE)

Equação	Y	a	X1	X2	X3	X4	X5	X6	R <sup>2</sup>	n
1	Taxa variação PIB	10,0 (1,16)	0,25* (2,44)	-0,07 (-0,58)	0,77 (1,85)	-0,02 (-0,96)	0,12 (0,79)	-0,03 (-1,81)	0,41	24
2	Taxa variação PIB	-2,37 (-0,42)	0,17 (1,70)	-0,05 (-0,42)	0,41 (1,07)	-0,02 (-0,78)	0,27 (1,88)	...	0,30	24
3	Taxa variação PIB	14,90 (2,45)	0,26 (2,55)	-0,03 (-0,28)	0,88 (2,30)	-0,03 (-1,04)	...	-0,64 (-2,60)	0,39	24
4	Taxa variação PIB	3,73 (0,76)	0,13 (1,28)	0,07 (0,63)	0,52 (1,28)	-0,02 (-0,82)	...	...	0,16	24

Entre parêntesis = (t) ; \* beta significativo.

QUADRO 2 – EQUAÇÕES DE REGRESSÃO (MOÇAMBIQUE)

Equação	Y	a	X1	X2	X3	X4	X5	X6	R <sup>2</sup>	n
1	Taxa variação PIB	-12,8 (-1,71)	-0,38 (-1,08)	-0,06 (-0,39)	0,05 (0,23)	0,16 (2,19)	0,66 (1,76)	0,00 (1,43)	0,66	19
2	Taxa variação PIB	-3,03 (-0,94)	-0,07 (-0,24)	-0,08 (-0,51)	0,03 (0,15)	0,14 (1,85)	0,63 (1,61)	...	0,60	19
3	Taxa variação PIB	-8,54 (-1,12)	-0,08 (-0,24)	0,17 (1,72)	0,16 (0,69)	0,18 (2,31)	...	0,00 (1,22)	0,57	19
4	Taxa variação PIB	0,19 (0,07)	0,19 (0,75)	0,14 (1,42)	0,08 (0,33)	0,16 (2,05)	...	...	0,52	19

Entre parêntesis = (t) ; \* beta significativo.

Conforme se pode verificar nos quadros 1 e 2, os valores de R<sup>2</sup> são satisfatórios em todas as equações utilizadas, nos dois países, embora seja mais claro no caso de Moçambique. Os valores ajustados de R<sup>2</sup> não são muito elevados mas podem ser considerados satisfatórios, sobretudo no caso de Moçambique, tendo em conta as restrições do próprio modelo, decorrentes do nível de agregação das variáveis.

Apesar das limitações da análise feita, e embora as relações não sejam significativas na maior parte dos casos, é possível identificar o sentido do impacto relativo destas variáveis no crescimento económico, embora contraditório. Com efeito, quer os recursos internos, representados pela poupança (X<sub>1</sub>), exportações (X<sub>4</sub>) e investimento (X<sub>5</sub>), quer os externos, representados pela APD (X<sub>2</sub>) e pelos outros fluxos externos (X<sub>3</sub>), revelam impactos contraditórios no crescimento económico consoante a equação utilizada, umas vezes positivo outras vezes negativo, quer no caso de Cabo Verde quer no de Moçambique. Uma parte do problema poderá residir na qualidade dos dados na origem, na multicolinearidade das variáveis consideradas nas diversas equações, no próprio modelo (tipo de variável e seu nível de agregação), à semelhança do que se verificou em estudos anteriores sobre outros países (MBAKU, 1993).

O objectivo desta análise de regressão foi o de determinar o impacto da ajuda externa no crescimento económico de Cabo Verde e de Moçambique. Os resultados têm, pelas razões atrás referidas, um carácter necessariamente provisório e devem ser considerados tendo em conta algumas limitações: a qualidade dos dados na origem, o curto período da série temporal (19 anos num caso e 24 no outro) e a não inclusão de variáveis não económicas, nomeadamente as políticas, sociais e de enquadramento externo. A não homogeneidade das séries temporais para os dois países ficou a dever-se à inexistência de dados sobre a poupança e o investimento para Moçambique no período 1975-1979.

Não foi possível desagregar os dados relativos à ajuda, nomeadamente donativos e empréstimos e cooperação técnica, pela inexistência de dados disponíveis para Cabo Verde entre 1975 e 1984. Este aspecto é tanto mais

importante quanto se sabe que algumas formas de ajuda não visam estimular o investimento e o crescimento (por exemplo, a ajuda alimentar não visa o desenvolvimento, mas pode ser estrutural, como é o caso de Cabo Verde, e pode ter um impacte nas importações e na produção agrícola interna). Por outro lado, os diferentes tipos de ajuda têm impactes diferentes nos países receptores e existem diferentes *time-lag* em termos de impacte para cada um deles: a cooperação técnica tem efeitos a muito mais longo prazo que a ajuda projecto ou a ajuda programa.

#### 4- CONCLUSÃO

Os resultados agora apresentados são, pelas razões apontadas, preliminares. É necessário aprofundar esta investigação antes de podermos afirmar com rigor qual o impacto da ajuda externa no crescimento económico nestes dois países. Um primeiro passo será o alargamento da série temporal, mas também será necessário desagregar mais os dados da ajuda<sup>7</sup> e incluir novas variáveis, nomeadamente as políticas, mudanças tecnológicas, inserção regional, geográficas, etc., por forma a refinar o modelo estatístico utilizado.

A ajuda é apenas um recurso entre muitos outros e a sua eficácia depende de muitos factores (internos e externos aos países receptores). Para além da já referida necessidade de aperfeiçoar o modelo em trabalhos futuros, há também que proceder à realização de estudos de natureza sectorial e micro, que permitam não tanto avaliar a eficácia da ajuda mas, sobretudo, detectar a forma de melhor fazer funcionar os seus diferentes tipos tendo em conta as realidades dos diferentes países receptores.

#### BIBLIOGRAFIA

1. ADELMAN, I., MORRIS, C. T., 1973, *Economic growth and social equity in developing countries*, Stanford University Press, Stanford, California.
2. BACHA, E., 1990, "A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries", *Journal of development economics*, Vol. 32, Nº 2: 279-296.
3. BURNSIDE, C., DOLLAR, D., 1997, *Aid, politics and growth*, Policy Research Department, World Bank, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
4. CARROLL, C., RHEE, B-K., RHEE, C., 1994, "Are there cultural effects on saving? Some cross-sectional evidence", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. CIX, Nº 3: 685-700.
5. CASSEN, R. & ASSOCIATES, 1994, *Does aid work?*, Clarendon Press, Oxford.
6. COLLIER, P., DOLLAR, D., 1998, *Aid allocation and poverty reduction*, Development research group, World Bank, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
7. DOLLAR, D., PRITCHETT, L., 1998, *Assessing aid. What works, what doesn't and why*, World Bank Policy Research Report, Oxford University Press, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
8. GRAHAM, C., O'HANLON, M., 1997, "Making foreign aid work", *Foreign Affairs*, Vol. 76, Nº 4: 96-104.
9. GUILLAUMONT, P., CHAUVET, L., 1999, *Aid and performance: a reassessment*, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
10. HANSEN, H., TARP, F., 1999, *Aid effectiveness disputed*, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
11. LEVY, 1987, "Anticipated development assistance, temporary relief aid, and consumption behaviour of low-income countries", *The Economic Journal*, Vol. 97, Nº 386: 446-458.
12. MBKU, J. M., 1993, "Foreign aid and economic growth in Cameroon", *Applied Economics*, 25: 1309-1314.
13. MOSLEY, P., 1986, "Aid-effectiveness: the micro-macro paradox", *IDS Bulletin*, Vol. 17, Nº 2: 22-27.
14. MOSLEY, P., HUDSON, J., HORRELL, S., 1987, "Aid, the public sector and the market in less developed countries", *The Economic Journal*, Nº 97: 616-641.
15. OCDE, 2000, *Coopération pour le développement - Rapport 1999*, Paris.
16. OECD, 1977, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1969-1975*, Paris.
17. OECD, 1978, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1971-1977*, Paris.
18. OECD, 1981, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1977-1980*, Paris.
19. OECD, 1982, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1978-1981*, Paris.
20. OECD, 1984, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1979-1982*, Paris.
21. OECD, 1985, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1980-1981*, Paris.
22. OECD, 1986, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1981-1984*, Paris.
23. OECD, 1987, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1982-1985*, Paris.
24. OECD, 1988, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1983-1986*, Paris.
25. OECD, 1990, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1985-1988*, Paris.
26. OECD, 1992, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1987-1990*, Paris.
27. OECD, 1993, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1988-1991*, Paris.
28. OECD, 1994, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1989-1993*, Paris.

29. OECD, 1995, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1990-1994*, Paris.
30. OECD, 1996, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1991-1995*, Paris.
31. OECD, 1997, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1992-1996*, Paris.
32. OECD, 1998, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1991-1997*, Paris.
33. OECD, 1999, *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries, 1994-1998*, Paris.
34. PAPANEK, G., 1973, "Aid, foreign private investment, savings, and growth in less developed countries", *Journal of political economy*, Vol. 81, Nº 1: 120-130.
35. REICHEL, R., 1995, "Development aid, savings and growth in the 1980s: a cross-section analysis", *Savings and Development*, nº 3, XIX: 279-295.
36. RIDDELL, R., 1987, *Foreign aid reconsidered*, ODI, James Currey, Londres.
37. RUTTAN, V., 1998, "The new growth theory and development economics: a survey", *The Journal of Development Studies*, Vol. 35, Nº 2: 1-26.
38. SACHS, J., WARNER, A., 1998?, "Sources of slow growth in African economies", *Journal of Economics*, Vol. 6. Nº 3: 335-376.
39. SNYDER, D., 1993, "Donor bias towards small countries: an overlooked factor in the analysis of foreign aid and economic growth", *Applied Economics*, 25: 481-488.
40. TSIKATA, T. M., 1998, *Aid effectiveness: a survey of the recent empirical literature*, IMF paper on policy analysis and assessment, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)
41. UNCTAD, 1981, *Handbook of international trade and development statistics*, 1980, Supplement, United Nations, Nova Iorque.
42. UNCTAD, 1987, *Handbook of international trade and development statistics*, 1986, Supplement, United Nations, Nova Iorque.
43. UNCTAD, 1990, *Handbook of international trade and development statistics*, 1989, United Nations, Nova Iorque.
44. UNCTAD, 1991, *Handbook of international trade and development statistics*, 1990, United Nations, Nova Iorque.
45. UNCTAD, 1992, *Handbook of international trade and development statistics*, 1991, United Nations, Nova Iorque.
46. UNCTAD, 1993, *Handbook of international trade and development statistics*, 1992, United Nations, Nova Iorque.
47. UNCTAD, 1994, *Handbook of international trade and development statistics*, 1993, United Nations, Nova Iorque.
48. UNCTAD, 1995, *Handbook of international trade and development statistics*, 1994, United Nations, Nova Iorque.
49. UNCTAD, 1997, *Handbook of international trade and development statistics*, 1995, United Nations, Nova Iorque.
50. UNCTAD, 1999, *Handbook of international trade and development statistics*, 1996-1997, United Nations, Nova Iorque.
51. WHITE, H., 1992, "The macroeconomic impact of development aid: a critical survey", *The Journal of Development Studies*, Vol. 28, Nº 2: 163-240.
52. WORLD BANK, 1979, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
53. WORLD BANK, 1980, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
54. WORLD BANK, 1981, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
55. WORLD BANK, 1982, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
56. WORLD BANK, 1983, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
57. WORLD BANK, 1984, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
58. WORLD BANK, 1985, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
59. WORLD BANK, 1986, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
60. WORLD BANK, 1987, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
61. WORLD BANK, 1988, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
62. WORLD BANK, 1989, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
63. WORLD BANK, 1989-90, *World Tables*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
64. WORLD BANK, 1990, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
65. WORLD BANK, 1991, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
66. WORLD BANK, 1992, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
67. WORLD BANK, 1992, *World Tables*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
68. WORLD BANK, 1993, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
69. WORLD BANK, 1993, *World Tables*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
70. WORLD BANK, 1994, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
71. WORLD BANK, 1994, *World Tables*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
72. WORLD BANK, 1994, *World Tables*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
73. WORLD BANK, 1995, *African Development Indicators, 1994-95*, Oxford University Press, Baltimore.
74. WORLD BANK, 1997, *African Development Indicators, 1997*, Oxford University Press, Baltimore.
75. WORLD BANK, 1997, *World Development Report*, Oxford University Press, Baltimore.
76. WORLD BANK, 2000, *Africa Database 2000*.
77. WORLD BANK, 2000, *African Development Indicators, 2000*, Oxford University Press, Baltimore.